

Desaparecimento de documentação salva Aleluia

O estranho e inexplicado desaparecimento de três envelopes contendo a movimentação bancária do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) salvou-o da inclusão na lista dos prováveis cassados da CPI do Orçamento. Os documentos, pedidos novamente pela CPI, só chegaram à Subcomissão de Bancos na última quinta-feira, quando o parecer do relator Roberto Magalhães (PFL-PE) já estava concluído. "Se alguém protegeu o Aleluia foi o Benito Gama (PFL-BA), que é amigo dele", disse um senador da República.

O deputado Vivaldo Barbosa confirmou o sumiço dos envelopes e informou que os números retirados da documentação chegada hoje são "assustadores". Aleluia tem uma movimentação de US\$ 2,4 milhões entre 91 e 93, recebendo créditos nesse período que superam em três ou quatro vezes ou seus rendimentos como parlamentar. José Carlos Aleluia recebeu em 1990, ano da eleição, US\$ 1,4 milhão. "Os dados não foram levados ao relator, porque ele já havia concluído seu parecer", contou Vivaldo Barbosa, da Subcomissão de Bancos.

O deputado Roberto Magalhães contou a diversos parlamentares que não retirou do seu relatório os deputados José Carlos Aleluia, José Luiz Maia (PFL-PI) e José Carlos Vasconcelos (PFL-PE). "O Roberto nos informou que eles não foram incluídos, que as subcomissões não pediram a cassação dos três Josés", disse o deputado José Genoíno (PT-SP).

Excessos — Genoíno lembra que Aleluia era o nome mais citado nos documentos da Construtora Norberto Odebrecht, e chegou a ironizar, dizendo que a leitura da documentação lembrava um culto religioso — "Aleluia, Aleluia, Aleluia..." José Genoíno lamentou a não inclusão de José Carlos Vasconcelos na Comissão de Orçamento como um "parlamentar rodoviário", em razão das suas emendas para a construção de estradas.

O deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) reclamava do que ele chama de incoerência da CPI que, segundo ele, praticou "excesso de perseguição" em alguns casos — Uldurico Pinto (PSB-BA) e Roberto Jefferson (PTB-RJ) — e "excesso de proteção" em outros — Mauro Benevides (PMDB-CE) e Humberto Lucena (PMDB-PB). Paulo Ramos observa que os dois senadores depuseram por escrito e que suas respostas só chegaram à CPI nos últimos dias. Mesmo assim, afirmou, a movimentação bancária deles foi justificada. Paulo Ramos, argumenta que Roberto Jefferson teve seu nome remetido ao Ministério Público apesar de inocentado pelo plenário da CPI. "É um absurdo, isso desmoraliza a Comissão", reclamou.

EM INVESTIGAÇÃO

Senador Dario Pereira (PFL/RN)

Deputado Gastone Righi

(PTB/SP)

Deputado Jesus Tajra (PFL/PI)

Deputado José Carlos Aleluia

(PFL/BA)

Deputado José Carlos

Vasconcelos (PRN/PE)

Deputado José Luiz Maia

(PPR/PI)

Deputado Jorge Tadeu Mudalen

(PMDB/SP)

Senador Mansueto de Lacerda

(PMDB/PE)

Deputado Messias Góis (PFL/SE)

Deputado Mussa Demeas (PFL/PI)

Deputado Paes Landim (PFL/PI)

Deputado Pedro Irujo

(PMDB/BA)

Deputado Pinheiro Landim

(PMDB/CE)

Deputado Roberto Jefferson

(PTB/RJ)

Senador Saldanha Derzi

(PRN/MS)

Deputado Sérgio Guerra

(PSB/PE)

Deputado Uldurico Pinto

(PSB/BA)

INOCENTADOS

Senador Alexandre Costa

(PFL/MA)

Deputado Eraldo Tinoco (PFL/BA)

Deputado Geddel Vieira Lima

(PMDB/BA)

Senador Humberto Lucena

(PMDB/PB)

Senador Mauro Benevides

(PMDB/CE)

Deputado Osmário Pereira

(PSDB/MG)

Senador Teotônio Vilela Filho

(PSDB/AL)

Deputado Valdomiro Lima

(PDT/RS)